

A ECONOMIA DO MEDO E SUAS CONSEQUENCIAS, O AUMENTO SIGNIFICATIVO DO DESEMPREGO E A REDUÇÃO DO APOIO AOS DESEMPREGADOS *(uma opinião contra a corrente)*

O INE acabou de divulgar os dados da economia portuguesa referentes ao 2º trimestre de 2020, tendo-se verificado uma quebra no PIB (*riqueza produzida no país*) de 14,1% quando comparado com a do 1º trimestre deste ano, e de 16,5% quando comparado com o 2º Trimestre de 2019 (*menos 8.760 milhões € de riqueza não criada só num trimestre, e menos 3.200 milhões € de remuneração não recebidas pelos trabalhadores*). E logo se levantou um coro de surpresas e de críticas quer na comunicação social quer por parte de dirigentes políticos por causa do descalabro económico.

As perguntas que surgem imediatamente para reflexão são as seguintes: O que poderia acontecer de diferente quando se fecham empresas e estabelecimentos, se paralisa a economia, e se manda para casa quase dois milhões de trabalhadores? O que poderia acontecer de diferente quando se espalha e difunde sem um mínimo de racionalidade e de equilíbrio o medo e o pânico? Quando se assiste ao massacre diário pelos media da população confinada em casa, de manhã à noite, com notícias de mortes e de milhares de infetados, como não existissem mais doenças e mais mortes em Portugal que, com falta de assistência médica, se multiplicaram, mas de que os media não falam, logo não existem? E quando os números de mortes em Portugal não eram suficientes para aumentar o medo juntava-se os de outros países, com muito mais população? O que poderia acontecer de diferente quando se trata uma crise de saúde desta dimensão sem um mínimo de equilíbrio e de racionalidade? O que estava em jogo era demasiadamente importante e sério, e com consequências dramáticas em todas as áreas da vida dos portugueses, que merecia ter sido tratada de uma forma mais racional, rigorosa, equilibrada e planeada, e não deixada às “caixas” chocantes da comunicação social nem às declarações contraditórias dos “especialistas” e dos responsáveis da Direção Geral da Saúde.

E embora **Bernard- Henry Lévy**, seja um filósofo francês com quem não me identifico, ousou transcrever algumas das suas afirmações feitas numa recente entrevista ao semanário “Expresso”, correndo o risco de desagradar alguns leitores, pois obrigam à reflexão por serem diferentes das ideias dominantes. Afirmou ele: **“acho ignóbil” que se ponha a questão “entre saúde e economia. “A economia ou a vida. A bolsa ou a vida. Voltamos a essa máxima antiga dos salteadores de estrada. É ignóbil. Porque a economia é a vida. É a vida contra a vida. Sabemos bem que se pararmos a economia durante demasiado tempo isso leva ao desemprego, o desemprego leva à miséria, e a miséria leva à morte. Portanto, não é a economia ou a vida. É a vida contra a vida”**. Em Portugal tudo isto ganhou uma gravidade maior porque, para combater o “COVID 19” da forma como foi feita, a assistência médica a outras doenças foi reduzida drasticamente, como os números divulgados sobre o número de consultas, de exames e de operações que se deixaram de fazer provam, o que causou um aumento significativo de mortes que, quando forem divulgadas, chocarão todos os portugueses. E Henry Lévy acrescentou: **“o medo foi excessivo, havia uma parte desse medo irracional, insensata. E ao medo irracional chama-se pânico, cujos efeitos sociais não são bons”**. **Na economia, afirmamos nós, os efeitos são nefastos e dramáticos como os dados do INE já revelam.**

Estamos agora com um país – Portugal – em que o medo e o pânico se alastrou, em que os portugueses têm medo de sair de casa e de regressar mesmo com a segurança possível ao trabalho, e em que o teletrabalho, isolado e individualizado (*segundo Henry Levy, “o trabalho à distância é a solidão, o tédio, a mistura do público e privado, a ideia que não há esfera privada fora do imperativo produtivo, é o produtivismo, é a espionagem eletrónica dos empregados pelos patrões”*), e na maioria dos casos é trabalho desorganizado (*a Administração Pública é um exemplo de improvisação e de incapacidade do governo para dar orientações claras, deixando tudo ao arbítrio das chefias*), se tornou a panaceia e se criou a ilusão de que o país poderá funcionar e recuperar desta forma. Mas não funciona nem é verdade que recuperará e os dados do INE do PIB já provam isso

A REDUÇÃO DA RIQUEZA CRIADA NO PAÍS NO 2º TRIMESTRE DE 2020 EM 16,5% E A DESTRUIÇÃO CRESCENTE DO APARELHO PRODUTIVO NACIONAL E DO EMPREGO

Uma das ilusões que o governo e muitos jornalistas estão a difundir é que a crise é passageira (*para Siza Vieira: “já atingimos o pico da crise”*), e que que o país após a pandemia tem o seu aparelho produtivo intacto (*diretor do ECO*) e rapidamente recuperará (*seria uma crise em “V”o que não é verdade, talvez em U ou W longos*). Ora tudo isso é uma ilusão, quando não mesmo uma mentira. Com o medo que se instalou na sociedade portuguesa (*e o medo tem um efeito enorme na economia pois leva a quebra significativa da produção e do consumo*), com a quebra generalizada de rendimentos dos trabalhadores (*lay-off, horários reduzidos, e desemprego*), e com o fecho de

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

mercados externos, é evidente que a crise vai ser prolongada e vai causar uma enorme destruição de empresas (*fecho*) que não se aguentarão por falta de vendas (*alguns chamam a isso “destruição criativa” pois só se aguentarão as empresas mais fortes*) e também uma enorme destruição de emprego que levará muito tempo a recuperar e muitos trabalhadores serão excluídos definitivamente do mercado de trabalho e muitas empresas desaparecerão. Não compreender isto é estar cego, nem tomar medidas imediatas para reativar a economia é suicídio. O aumento do desemprego e o fecho definitivo de muitas empresas que se já verificou é apenas o sinal de uma crise social e económica que não sabemos quando terminará, e cuja recuperação será mais difícil devido à desorganização que está a causar em toda a Administração Pública que é um instrumento vital no combate à crise, que antes da crise já enfrentava graves deficiências e problemas, e que a crise só multiplicou (*são necessário objetivos claros, decisões rápidas, medidas implementadas urgentemente, investimento, nomeadamente público, elevado, tudo isto era necessário por parte do Estado para vencer a crise mas nada disto está a acontecer nem vai acontecer a breve trecho*).

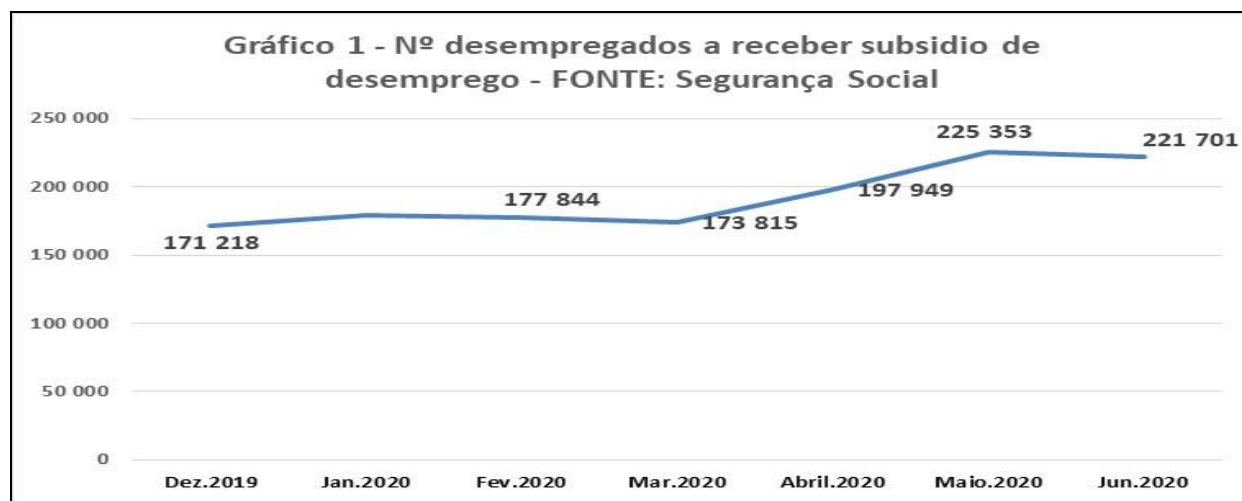
Os dados da evolução do desemprego real em Portugal do INE (*quadro 1*), que é apenas o sinal inicial da crise que vamos enfrentar, confirmam a gravidade da situação que se procura iludir

Quadro 1- o aumento do desemprego oficial e do desemprego real de Março/junho de 2020

DESIGNAÇÃO	Março-2020	Abril-2020	Maió-2020	Junho-2020	Mar/Jun2020
I-DESEMPREGO OFICIAL	327 100	318 600	278 400	331 200	4 100
(1) Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	19 500	23 500	25 400	23 400	3 900
(2) Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	180 000	226 000	312 100	281 600	101 600
II-DESEMPREGO REAL (I+1+2)	526 600	568 100	615 900	636 200	109 600
III- Desemprego real superior ao desemprego oficial - Em %	61,0%	78,3%	121,2%	92,1%	31,1%

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Entre março e junho de 2020, em apenas 3 meses, o desemprego oficial aumentou em 4.100, mas o desemprego real subiu em 109.600, ou seja, em 26,7 vezes mais. E isto porque o INE não considera para cálculo do “desemprego oficial” todos os desempregados que no período em que fez o inquérito não procuraram emprego, apesar de serem trabalhadores no desemprego (*os chamados “inativos disponíveis” que em junho de 2020 já somavam 305.000 quase tanto como desemprego oficial*), que incluímos no cálculo do desemprego real, por serem verdadeiros desempregados. O desemprego real atingia, no fim de jun.2020, já 636.200 trabalhadores. O desemprego oficial do INE oculta à opinião pública o desemprego real. O número dos que estão a receber subsídio de desemprego é muito reduzido como mostra o gráfico 1 (*Segurança Social*).



Em jun.2020, o número de trabalhadores desempregados já atingia 636.200, mas o número destes que recebiam subsídio de desemprego eram apenas 221.701. E entre maio-junho 2020 diminuiu em 3.652 apesar do número de desempregados ter aumentado nesse mês em 20.300.

Somente 35 em cada 100 desempregados recebem subsídio de desemprego. E o subsídio médio de desemprego pago neste mês foi, segundo dados da Segurança Social (ver no seu “site) de apenas de 504,70€.

É a miséria que se está a alastrar no país perante a inação de um governo que nada faz de concreto para reativar a economia (*só promete “bazucas” da U.E. que continuam sem disparar*). Não é com “lay-offs”, com reduções de horários de trabalho e dos rendimentos dos trabalhadores, e moratórias que se consegue a recuperação. Isso só prolonga a agonia e torna o final muito mais doloroso e destrutivo

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 1-8-2020

Eugénio Rosa – economista- mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com Página 2 de 2